



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 045

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 045

42ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 02

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 03

Dep. Antonio Belinati.....05

Dep. Pastor Edson Praczyk.....07

Dep. Rosane Ferreira08

Dep. Luiz Claudio Romanelli.....09

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto03

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli.....09

Encerramento da Sessão:12

DIÁRIO Nº 045

42ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2009

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Durval Amaral, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (21).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Valdir Rossoni, Elton Welter, Ademar Traiano, Ademir Bier, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson,

Fernando Scanavaca, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró e Ribas Carli Filho, (29).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Osmar Bertoldi, Professor Lemos e Tadeu Veneri (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa Diretora comunica aos Srs. Deputados o recebimento do Ofício nº 1577/09, datado de 13 de abril de 2009, do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ayres Brito e Ofício nº 0339/09/CPR/SPROC, da Exma. Relatora Gisela Lemke, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, ambos **“determinando o imediato cumprimento da cassação do mandato do Deputado Geraldo Cartário”** por decisão proferida no Recurso Ordinário nº 1362 - TSE, e o referido acórdão publicado no Diário da Justiça Eletrônico - TSE, em 06/04/09, com a seguinte redação:

“AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PRELIMINARES REJEITADAS. ABUSO DE PODER ECONÔMICO E USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. CONFIGURAÇÃO. AÇÃO JULGADA APÓS ELEIÇÕES. CASSAÇÃO DO REGISTRO E INELEGIBILIDADE. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.”

Em cumprimento ao respeitável acórdão, em conformidade com o artigo 55, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 59, parágrafo 3º da Constituição do Paraná, esta Mesa declara a perda do mandato do Deputado Geraldo Cartário e a consequente vacância da cadeira que ocupava, assegurando o seu direito à ampla defesa nas searas legais.

Em decorrência desta declaração, a Mesa comunica o suplente legal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, o Deputado Ademir Antonio Osmar Bier, que ocupa interinamente a vaga em virtude de licença do titular, para tomar posse neste Poder, (mencionar o local, sala, gabinete, presidência, etc), em 11/05/09, às 11h, na Presidência, nos termos do artigo 76, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07/05/09.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo expediente a ser lido, passa-se ao horário do Pequeno Expediente.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

É tão difícil se ver um Presidente destituir um cargo, através de uma decisão judicial que vem de Brasília que cassa os direitos políticos e o mandato de um Parlamentar, como o Deputado Cartário.

Nós que respondemos a processos ficamos na expectativa de sempre depender do que acontece, principalmente em Brasília. Tenho um processo bem adiantado também, que em breve vou ter que discutir, que envolve a entrega de R\$ 100 mil à Santa Casa. É um processo que mais nos preocupa, hoje, porque quando Prefeito, levamos um cheque de R\$ 100 mil à Santa Casa, quando ela explodiu, e o Ministério Público, atuante, naquele momento, fez uma ação dizendo que o Prefeito se promoveu, ao levar os R\$ 100 mil, ao entregar o cheque. Todo mundo faz isso. Por incrível que pareça perdemos em primeira instância, em segunda e estamos no STJ discutindo, já com parecer contrário. Isso, sem contar que quando Prefeito, não fazia inauguração, não colocava placas. Não tem uma placa em Ponta Grossa com o meu nome, como Prefeito. É a Justiça, e vamos fazer o quê? Temos que tocar a vida. Não dá para fazer outra coisa.

O nosso fortalecimento ao Deputado Cartário e torcer para que ele não desanime, que a vida é assim mesmo. Vamos tocar a vida, porque neste País tudo ocorre e, às vezes, são os pequenos os que mais se “ferram”.

Sr. Presidente, ontem, se falou de IML aqui. Tenho trabalhado para ajudar nesta questão do IML. Às vezes, você na iminência de fazer política, acaba extrapolando e não acaba contribuindo. O meu negócio aqui é contribuir, principalmente naquilo que for possível em relação à Cidade de Ponta Grossa e os Campos Gerais. Temos nesta Cidade um dos IMLs que mais circulam corpos, depois de Curitiba, em função da Região Metropolitana. O IML de Ponta Grossa atende em média 70 corpos por mês. Não é por violência. Na maior parte por acidente, e agora, principalmente, acidentes que envolvem carros e motos. De moto tem sido assustador o número de jovens que têm morrido nos últimos tempos na região de Ponta Grossa. Isso se repete em todo o País também. É a febre das motos.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Diz-se que conselho não se dá, mas quero dar uma sugestão para pai que é pai e mãe, que é mãe: nunca dê uma moto para o seu filho, mesmo que ele fique brabo e chateado. Porque se der, é entregar o passaporte para o cemitério.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

É muito oportuno o que ele está falando. Tenho lido os jornais, tenho ouvi as pessoas falarem, o que aconteceu no Brasil é que houve uma explosão no uso da motocicleta. A redução de custo, como é no mundo todo.

Na prática, as pessoas não têm feito treinamento para poder pilotar a motocicleta. O nosso problema, na verdade, é que muitas vezes uma pessoa, por falta de alternativa até, vai ser motoboy ou mototáxi como tem muito no interior, mas não tem o preparo para isso. E o que acontece? São as mortes. Curitiba mesmo, vi uma estatística que é apavorante o número de mortes diárias no trânsito.

Não é recomendar que os pais não dêem motocicletas. Fundamentalmente, quem morre hoje, são aqueles jovens filhos de trabalhadores que compram a motocicleta para poder trabalhar, mas sem ter a qualificação. O que temos que ter, na verdade, o DETRAN poderia até nesse caso específico para o trabalhador, deveríamos ter cursos de capacitação, de qualificação, de condução de veículos. Porque é um trabalhador e precisa utilizar a motocicleta como ferramenta de trabalho.

A motocicleta é um meio eficiente e barato de transporte e de renda para as pessoas, só que elas têm que ser qualificadas. Hoje, a pessoa tira a carteira, em uma semana ele sai e acaba acontecendo. Quem está morrendo são os trabalhadores, jovens que compram motocicleta como meio de vida.

Obrigado pelo aparte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vou discordar, Sr. Presidente. A moto é uma ferramenta perigosa. Quem já não caiu de moto?

Agora, esta semana, aconteceu um fato em Palmeira, Sr. Presidente, que me deixou assustado. Embriagado e não habilitado, mata a mãe que estava na garupa da moto. Ele ficou vivo e mãe morreu. Então, essa questão da moto é um tema para se discutir.

Isso foi uma pesquisa que minha filha fez na internet: *Mortes em acidentes com moto cresceram 47% em 2005; em 2008 aumentaram 2.252%, Deputado Belinati.*

Na região de Ponta Grossa, nas UTIs a grande maioria são jovens acidentados aguardando numa UTI devido à queda de uma moto. É muito perigoso. É preciso pensar numa forma, até baseado naquilo que o Deputado Romanelli falou, que muitos jovens estão trabalhando com as motos. Agora, o que facilitou o crescimento do número de motos é o baixo preço da prestação. Hoje, com R\$ 100, menos de R\$ 100, você compra um zero e está todo mundo comprando moto.

E a moto induz. É natural que o cara que está com uma moto, no primeiro dia ele entra devagarzinho, com calma, olha para o lado, no segundo dia ele larga uma mão, no terceiro dia ele larga a segunda mão, é normal. Quem andou de bicicleta é assim. A primeira vez que eu andei de bicicleta, uma bicicleta antiga no Rio Grande, que quebrava o garfo toda hora, porque era velha, quantas vezes me arrebentei. Isto é uma coisa que ocorre. E o cara com uma máquina, é natural que ele seja incentivado a fazer isto.

É preciso fazer alguma coisa. Têm morrido muitos jovens devido a essas motos. Eu, sinceramente, prefiro dar um fusquinha 69 para os meus filhos do que uma moto zero quilômetro.

Sinceramente, este é um pensamento meu.

Mas eu estava tratando aqui a questão do IML, e ontem se falou muito em IML aqui, estou estudando um projeto, Deputado Durval Amaral, V. Exa. que é sempre o nosso comandante aqui desta área jurídica, que sabe muito mais do que todos nós aqui, até pela experiência que tem, eu já penso de criarmos um fundo especial para o IML do Paraná. Já começo a pensar, a minha assessoria já está estudando, precisamos criar um fundo para acabar aquele negócio do IML aqui, que é o Paraná que comanda, tem que esperar a boa vontade, às vezes, da Secretaria liberar uma verba. É muita burocracia para um momento triste que é a morte, aquela morte por sofrimento, que a família é comunicada que o cara está morto lá. Não podemos mais brincar com isto.

Então, aqui vem uma sugestão, Deputado Durval Amaral, precisamos achar uma forma de criar um fundo, que esses IMLs sejam autônomos, que cada IML, dos 17 do Paraná, possam ter autonomia de poder comprar as coisas, desde carro. Que eles possam, inclusive, ter condições de ter estagiários, estagiários que não custa nada para um IML. Ter quatro, cinco estagiário. Custa o quê? Quinhentos reais para ter um estagiário.

Então, o que é preciso? Penso que o que vai resolver isto, eu sei que o pessoal do Corpo de Bombeiros está aí hoje, está fazendo um grande trabalho, está tentando reorganizar o IML, vocês sabem que tem todo aquele problema por trás do IML que são funerárias criminosas querendo ganhar dinheiro, chegam a brigar por um corpo, às vezes, e aí acaba o IML, Deputado Rusch, às vezes somos acordados de madrugada com um eleitor dizendo que um corpo está lá em Cascavel e precisa ser liberado - aí você liga lá meia-noite o IML fechou, porque só vai abrir às 6h da manhã.

Mas, gente, quando morre uma pessoa acidentada às 10h da noite, até recolher o corpo meia-noite, entra meia-noite, porque para a pessoa que foi comunicada da morte o acidente foi às 7h da noite, até chegar no IML é 11h, aí meia-noite o IML não faz necropsia mais, só fazer no outro dia às 8h da manhã.

Então, necessariamente, aquela família sofreu 10, 12 horas. Isso não é justo, isso não é justo. Isto nós precisamos arrumar. O IML é o lugar mais triste de uma Cidade. E quero dizer mais, se não tem estrutura para ter 17 institutos no Paraná, vamos fazer 10, vamos diminuir a quantidade, mas vamos melhorar a qualidade. Senão pode ter 17, vamos parar com esta confusão de ter um monte - vamos ter 10 eficientes, que você chega lá e libera o corpo.

Então, na verdade, quero aqui cumprimentar o pessoal dos Bombeiros que está tentando fazer alguma coisa. Agora, eles são limitados. Precisamos, Deputado Durval Amaral, fazer um fundo como é o fundo dos Bombeiros que nasceu em Ponta Grossa. Ponta Grossa criou o fundo do Corpo de Bombeiros e, que é um sucesso no País inteiro. Precisamos, Deputado Nelson Justus, Deputado Caíto Quintana, criar um fundo para o IML, V. Exa. tem muito conhecimento também. Precisamos fazer um fundo para deixar autônomos os IMLs do Paraná.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, estimulado que fui por V. Exa. para pensar a matéria e sem nenhum estudo mais detalhado, penso que poderíamos até aproveitar, já que todo e qualquer cidadão que depende da Segurança Pública, todos os comerciantes, tem que pagar uma taxa para o FUNRESPOL. Quem sabe aí pudéssemos já aproveitar recursos destinados ao FUNRESPOL e destinar parte desses recursos para o IML, para que ele possa fazer frente a essa grande demanda social. Mas, me comprometo com V. Exa., quem sabe ajudando a assessoria competente de V. Exa. para que possamos tentar vincular de alguma forma esses recursos do FUNRESPOL para o IML. Era só essa contribuição.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Fico feliz, porque V. Exa. já trouxe uma sugestão. Temos é que fazer uma verba carimbada como já tem a educação, não mexe nesse dinheiro. Esse dinheiro é para o IML de Ponta Grossa, de Foz do Iguaçu, de Cascavel,

de Londrina, de Maringá. E, precisamos criar esses mecanismos. Fico feliz aqui e peço apoio. É tão fácil de fazer. Lanço essa idéia hoje aqui, de criar o Fundo Especial e com a participação de todos os Deputados, todos colaborando, vamos fazer juntos aqui esse projeto, ninguém precisa levar nome aqui. Vamos achar uma forma de criar o Fundo Estadual para o Instituto Médico Legal. Pode entrar também a criminalística, até a Polícia Científica não tem uma legislação definida, precisamos cuidar deles também para contribuir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Graças ao instrumento poderoso que é a televisão, esse instrumento que V. Exa., Deputado Nelson Justus, colocou à serviço do povo, que quando deseja, quando tem interesse pode acompanhar, pode fiscalizar pode estar bem perto de todos nós nas Sessões desta Assembleia Legislativa. Tenho agradecido a Deus, porque introduzimos aqui a oportunidade de cada paranaense, que tem interesse de nos mandar e-mail com ideias, sugestões e críticas ao nosso trabalho e até mesmo elogios ou críticas ao trabalho do Governador.

Cada paranaense que está nos acompanhando pode anotar o nosso e-mail, e se desejar, é um prazer muito grande receber um e-mail e fazer a leitura aqui. Porque quem manda no Deputado, quem é o patrão do Deputado é o povo. Não sou ninguém sem o apoio do povo, Devo tudo a Deus e ao nosso povo.

Tenho que fazer aqui o que o povo quer que eu faça.

De Matinhos, o Garoto Miguel, tem 13 anos de idade. É interessante a preocupação dele. Ele viu tanta propaganda dos ônibus escolares, e pelo que eu entendi, na escola dele até agora não chegou nenhum ônibus.

Alô Governador Requião, não deixe nenhuma escola sem ônibus escolar. E quando um ônibus ficar pronto, não deixe o ônibus parado aqui na porta do Palácio dormindo no sereno. Foi uma coisa ridícula centenas de ônibus parados ao longo de vários meses. E ao mesmo tempo a imprensa noticiando escolas que estavam tendo dificuldades para transportar o seu aluno. Chegou o ônibus, coloca a serviço dos alunos!

É o caso das viaturas policiais. Ficaram um bom tempo aí, pelo noticiário, as viaturas prontas e o povo sendo assaltado, alguns morreram vítimas de assalto e as viaturas prontas, porque era necessário fazer aquele escalda-pé, aquela bajulação, aqueles elogios para o Governo em cima de um veículo que é comprado não com o dinheiro do bolso do Governador Requião. O ônibus escolar, as viaturas policiais, são compradas com o dinheiro suado do imposto que o povo paga. Mas tem gente que fala: “Eu não pago imposto, não estou nem aí”.

Todo mundo paga imposto, na conta de luz, ela é mais cara porque tem imposto, a água, o transporte, o remédio, o leite, o pão, porque tem imposto. Tudo está por um preço maior, porque paga-se imposto.

Chego até a desconfiar que o magnata, ele faz fortuna em cima de sonegação, mas o assalariado paga sim, no botijão de gás que compra tem o imposto.

Governador Requião, cada vez que tiver viatura policial, ônibus escolar, não deixe parado para fazer média política, porque o povo acaba sendo prejudicado.

Tenho e-mail do estudante Vinícius que diz: *Sou estudante de Medicina Veterinária da PUC, com bolsa do ProUni. Estou morando em São José dos Pinhais e peço a colaboração de uma vaga de estágio junto a uma Secretaria de Estado, ou até mesmo na Prefeitura de São José dos Pinhais.*

Não sei se já existe estágio, Deputado Nelson Justus, para estudantes aqui na Casa, porque a Câmara dos Deputados de Brasília tem, o Senado tem. Seria uma grande oportunidade oferecer estágio com uma pequena remuneração aos estudantes, porque às vezes, com essa pequena remuneração eles vão conseguir se manter na escola no tempo em que estão estudando. O estágio é fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Só para responder a V. Exa. que aqui na Casa já há estágio. Temos vários estagiários. Mas no momento não temos vagas.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns, Deputado Nelson Justus. É uma medida moderna, humanitária, que colabora muito com os estudantes.

E o nosso cidadão poderá entrar em contato conosco e quem sabe consigamos um estágio aqui na casa.

O Sr. Edson Alves, do Norte Pioneiro, ele foi muito feliz, porque o pai dele foi fundador do MDB, do PMDB do Norte Pioneiro, ele estava comandando a parte de trânsito e de repente, por politicagem, ele foi destituído do cargo. Ele acha que isso foi uma traição à memória do pai dele, uma traição até aos fundadores do velho e querido MDB, depois transformado em PMDB. Lamentamos o que aconteceu e esperamos, porque o cargo na vida pública é pago com o dinheiro do povo. É lamentável que maus políticos utilizem o cargo público para fazer politicagem. Eles colocam cabo eleitoral na chefia de um núcleo, para fazer todo o jogo que ele quer. Não para defender o povo, não para cuidar dos interesses do povo. Isto está errado. A pessoa que está na vida pública tem que trabalhar para cuidar do interesse maior, que é o interesse do nosso povo.

Temos aqui do Paulo Ricardo: *Sou da Cidade de Arapoti, no Paraná. Estava levando minha esposa ao trabalho, às 5h50 da manhã, quando uma ambulância da Prefeitura colidiu com meu carro, quando eu já estava entrando no outro lado da pista. Isto quer dizer que ele saiu da pista dele e bateu na traseira do meu carro, que deu perda total.*

Bom, então, alô Prefeitura de Arapoti, no Paraná, o Prefeito vai ficar sabendo do nosso pronunciamento, Prefeito: houve um erro, não vamos condenar o motorista da ambulância, mas houve um choque de veículos, o motorista da Prefeitura estava errado, cabe ao senhor, como Prefeito, em nome da dignidade, ressarcir o prejuízo do Sr. Paulo Ricardo, dando a ele um outro veículo.

Do Fábio Andrade: *Sou vendedor autônomo, trabalho na região de Londrina, moro em Apucarana, a informação que diz que o IPVA é criado para manutenção das estradas é um percentual do valor do veículo. Os veículos pagam, pode variar de 2,5 a 5% conforme o estado do veículo. Eu pago IPVA, e por que, para qualquer trajeto que eu vá fazer no Paraná, ainda pagamos o tal pedágio?*

Fábio, você tem razão. O objetivo do Governo em cobrar o IPVA é para garantir boas estradas, boa conservação das rodovias. Mas, isto não está acontecendo. O Governo cobra duas vezes. Cobra o seu IPVA e um trecho de 40, 50 quilômetros em quase todo o Paraná, certamente vai passar por um pedágio. Como de Curitiba a Londrina, 380 quilômetros, são cinco pedágios, para tomar o dinheiro do povo. E prometeram que iriam fazer uma segunda pista de Ponta Grossa, indo até Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, várias regiões do Paraná. E as concessionárias de pedágio estão “metendo a mão”, ganhando milhões.

Melhoraram as estradas com o pedágio? Melhoraram, sim. Mas anda é pouco, pelo alto preço que o povo está pagando. No mínimo deveriam fazer a duplicação total de Curitiba até Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, de Londrina até a divisa Paraná, São Paulo e Ourinhos, a duplicação do trecho da 445, que vai da Rodovia do Café, passando por Tamarana, Lerroville, Paiquerê, Irerê, Londrina, Warta, Sertanópolis, na divisa da Cidade de São Paulo, perto de Ourinhos. Mas, isto não tem acontecido.

Já que o povo paga IPVA, certamente o Fábio tem razão, não caberia cobrar pedágio de ninguém. Está provado por pesquisa, de um modo geral o povo não é contra o pedágio, é contra o preço do pedágio. O povo é a favor das estradas bem conservadas, só não aprova a rodovia não estar duplicada, onde precisa uma segunda ponte. Já tem morrido muita gente e continua morrendo, continuam acontecendo graves acidentes. lamentavelmente, Sr. Presidente e nobres Pares.

Nossa solidariedade, na manhã de hoje, ao grande amigo e colega Geraldo Cartário, português da Cidade de Fátima, Portugal, há muitos anos aqui na Assembleia como Deputado Estadual e que há pouco, com dor no coração, ouvi a notícia de que foi declarada a perda do mandato de Cartário, que não é mais Deputado Estadual. É uma figura humana, cristã e extraordinária. Não sei, mas a história diz que o Cartário, em um programa de rádio, colocou a música do Roberto Carlos Amigo e, um ouvinte da rádio fez aniversário e ele mandou um bolo de aniversário para o ouvinte e perdeu o mandato de

Deputado. Em um País em que ocorrem tantos abusos da mídia na campanha eleitoral, porque muitos políticos são donos hoje de jornais, de rádios, de canais de televisão e vemos que por tão pouco... e é aquela história de que a irregularidade independe do tamanho, mas sentimos o que fizeram com o Deputado Geraldo Cartário, a quem prestamos a nossa irrestrita solidariedade, bem como a solidariedade também ao Deputado Carlos Simões. Não são do meu partido político, mas respeito pelo espírito humanitário de Carlos Simões e de Geraldo Cartário.

E terminando, Presidente Nelson Justus, está aqui na Folha de Londrina de hoje: “68 mil crianças trabalham em lavouras de fumo aqui no Paraná”. Infelizmente, a maioria não está estudando e tem que trabalhar na roça, tem criança com nove ou 10 anos de idade que fica em casa cuidando da criança mais nova, do irmão, enquanto os pais estão na roça. É uma pena. O trabalho, de um modo geral, não mata ninguém, mas ele engrandece, ele dignifica, no entanto é extremamente importante que a prioridade número um seja da criança estar na escola. Então, queira Deus que o Ministério do Trabalho tenha a estrutura suficiente, já tem um grande Delegado do Ministério do Trabalho do Paraná, que é o brilhante advogado João Graça, mas que eles possam combater essa atitude desumana e desrespeitosa à lei.

Aliás, falando em plantação de fumo, que leva ao câncer, também estou vendo aqui no jornal que na China um Prefeito, estava obrigando os funcionários da Prefeitura a fumar. Era obrigatório, para, movimentar dinheiro na Cidade. Mas, pegou tão mal que o Prefeito teve que refazer. Olha a ignorância de determinados Prefeitos! Um Prefeito chinês estava obrigando os funcionários da sua Prefeitura a fumar, a consumir o tabagismo para movimentar a economia do País.

Então, Sr. Presidente, o adolescente trabalhar é até discutível, mas a criança tem primeiro que estudar.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para justificar a ausência do Deputado Tadeu Veneri e também do Deputado Professor Lemos, que estão no Fórum do FUNDEB, em Irati. Os mesmos me pediram que justificasse e gostaria que ficasse registrado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Para registrar o acompanhamento da Sessão de hoje pelo Vereador Gabriel, da Cidade de Guaira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Iria fazê-lo neste momento, dar as boas-vindas ao Vereador de Guaira, o Gabriel, a pedido do Deputado Nereu Moura, do Deputado Elio Rusch e do Deputado Reni Pereira. Seja bem-vindo à nossa Casa, Vereador!

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa sempre presente nas Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa, senhoras, senhores e telespectadores.

Ocupo à tribuna nesta quinta-feira, primeiro para fazer o registro de minha viagem, na segunda-feira passada, ao Estado do Rio de Janeiro, em resposta a uma convocação da Executiva Nacional do partido o qual eu faço parte, o PRB, Partido Republicano Brasileiro, onde desencadeou esse encontro dos Presidentes Estaduais do PRB, uma infinidade de discussões, dentre elas destaco, Deputada Rosane, a questão da reforma política, itens como a lista fechada, voto distrital misto ou não, sobre a sucessão presidencial também, discutimos sobre este assunto. E uma coisa unânime entre todos os Presidentes Regionais do PRB, já ficou praticamente decidido que a nossa Executiva Nacional provavelmente não fará, ou consolidará na majoritária nacional, que era o interesse de todos, para que todos os Estados tenham a flexibilidade necessária para tomarmos os rumos que melhor convierem para o partido, e consequentemente para a sociedade.

Então, isso já ficou praticamente decidido, falta apenas que a Executiva Nacional sacramentar essa decisão, e nós, do PRB, poderemos seguir, conforme o consenso de todos os companheiros do partido, o que melhor convier para a nossa proposta de política, nossa proposta de avanço e crescimento político-partidário.

Além desse registro, Sr. Presidente, subo a essa tribuna, e aproveito o que se falou já por algumas vezes pelos que me antecederam, sobre jovens, juventude, quero até enaltecer a fala, o pronunciamento e a posição do nobre Parlamentar Jocelito Canto, quando fala da preocupação que ele tem sobre o elevado índice de jovens que infelizmente tem suas vidas ceifadas, principalmente por essa onda de paixão pela velocidade, e principalmente vinculada à motocicleta. Eu comungo da mesma idéia do Deputado Jocelito Canto. Particularmente, como pai também não apreciaria que meus filhos aderissem a esse modismo. Mas é óbvio que cada pessoa tem o seu posicionamento e a sua opinião.

E ainda falando sobre jovens, juventude, dentro da ala jovem do Partido Republicano Brasileiro, Sr. Presidente, nobres Pares, temos levantado discussões muito interessantes relacionadas à juventude. Recentemente, com alguns membros do partido, falamos da redução da maioridade penal, porque vira e mexe, quando a imprensa escrita traz em suas páginas, ou pelos telejornais se divulga crimes, e crimes bárbaros, na maior parte das vezes envolvendo jovens, se reacende a discussão sobre reduzir-se ou não a maioridade penal.

Bom, para que fique bem claro para o nosso telespectador, maioridade penal é a idade pré-estipulada por lei em que uma pessoa pode responder criminalmente por todos os seus atos. No Brasil, a idade é de 18 anos.

Mas se questiona: “Não seria oportuno reduzir essa idade para 16 anos?” Alguns até dizem para menos do que isso. O Partido Republicano tem promovido essa discussão, temos nos nossos quadros inclusive pessoas ligadas diretamente a jovens, temos inclusive Conselheiros Tutelares. Então, temos pessoas que estão muito atentas a esse tema. E para maior surpresa, pelo menos deste Parlamento que vos fala, nesses debates que têm sido cada vez mais frequentes dentro do meu partido, penso que não é diferente nos demais partidos políticos, fiquei surpreso quando passei a me envolver mais no assunto e percebi qual é a prática utilizada por outros Países. Na Inglaterra ou Estados Unidos, lá não existe o pré-estabelecido da maioridade penal. O jovem é punido mediante o grau do seu ato e se decide nos tribunais se havia o entendimento de tirar a vida de alguém.

Temos aqui, na Argentina e Portugal, a maioridade penal é de 16 anos. Alguns outros Países adotaram 14 anos. E pasmem, na Índia é de sete anos.

Penso que temos que debater muito, fazer Audiências exaustivas sobre o tema, até para dar a nossa parcela de contribuição e sentirmos o que é melhor.

Vejo que muitos jovens que se envolvem em crimes fazem por negligência do Estado. Existir programas que funcionem e deem oportunidade de emprego, de profissionalização, de esporte. Compreendo também, até foi outro dado debatido, e surpreende que a maior parte dos casos envolvendo jovens em crimes não se dá na ala pobre da sociedade. São jovens, muitas vezes, que vêm de berço esplêndido, de famílias ricas. Isso também deve ser levado em pauta antes de decidir reduzir a maioridade penal.

Apesar de termos ações punitivas e corretivas para os jovens, ainda sobre a égide do Estatuto da Criança e Adolescente, tem que se levar que hoje o jovem é muito mais bem informado, se comparar com o jovem da década de 60, 70. Até porque nesse mundo globalizado, onde se produz uma avalanche de informações e a internet é um mecanismo esplêndido para isso e a criança passa a ter acesso a essas informações. Eu, a cada dia, me surpreendo com meus filhos, pois falam coisas que eu jamais pensaria em ter conhecimento. Sabe-se que hoje, através da internet, se produz mais informações num dia do que toda existência humana nos séculos XVIII e XIX. Então, isso tem que ser levado em conta. Ou seja, a criança hoje é muito mais esperta, a ponto e não saber o que está fazendo.

Há uma infinidade de coisas que devem ser trazidas para dentro dessa discussão. O jovem, embora tendo uma condição privilegiada economicamente, mas se a sua família não estiver estruturada vai refletir, como tem refletido, de forma negativa para o convívio desse jovem com as pessoas que lhe cercam.

De qualquer forma, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, penso que o Partido Republicano Brasileiro está atento a essa discussão, está disposto a fazer parte dessa discussão e dar sua parcela de contribuição para

que decidamos juntos esse assunto, e consigamos estabelecer um mecanismo que funcione, que o jovem seja melhor educado, tenha melhores condições de vida, de socialização, de bom relacionamento com a sociedade, com as pessoas que fazem parte do seu rol de amizade.

Por outro lado, também, tem que se pensar em formas de se intimidar e se punir aquelas pessoas, aqueles jovens, antes de produzirem determinados crimes, antes de cometerem determinadas atrocidades, determinadas barbáries e, também, uma vez realizado o crime, terem a devida correção que possa de fato discipliná-los, mecanismos que possam ser pedagógicos, que possam, realmente, ensinar para que a juventude não fique à mercê da impunidade e isso incentivando, constantemente, a continuarem na prática do erro.

Quero deixar registrado, ainda dentro desse assunto, e isso particularmente eu não sabia, de fonte segura dos companheiros da ala jovem do Partido Republicano Brasileiro no Estado do Paraná foi trazida a informação de que menos de 0,1% dos crimes em questão envolvem jovens. Muitas vezes, a imprensa sensacionalista - e eu não vou generalizar, é óbvio, não é justo - coloca de determinada maneira nos noticiários que pensamos que o índice de crimes, o índice de atrocidades envolvendo jovens é muito maior. Eu pensava que pelo menos 30, talvez 40% de tudo que fosse criminoso, tinha envolvimento com menores, e não é verdade. Isso chega a 0,1%, 111 dízimas periódicas. Então, é outra coisa que tem que, também, ser levada em conta antes de se sacramentar se deve ou não reduzir a maioria penal.

Eram os registros que eu tinha a fazer, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Muito obrigado, imprensa! Muito obrigado, você telespectador! Também sigo a mesma linha do Deputado Belinati, aliás, eu comecei enfatizando isso. Todos, indistintamente, estamos aqui à disposição da sociedade para receber críticas, sugestões, ideias por meio das nossas páginas da internet, por meio dos nossos respectivos sites.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje, protocolei um pedido de votos de congratulações à Sra. Marilza Dias. A Sra. Marilza Dias é a Coordenadora de Resíduos Sólidos da Prefeitura Municipal de Curitiba e, hoje, é a Secretária Executiva do Sistema SIPAR, o consórcio que tem como objetivo gerenciar o destino final dos resíduos sólidos, aqui do Município de Curitiba e de todos os demais Municípios que compõem o referido consórcio, que são cerca de 18 Municípios.

Por que protocolei esses votos de congratulações?

Por que tenho assistido, Pastor Edson Praczyk, um verdadeiro massacre com relação a essa senhora e tenho visto ela se portar com uma dignidade, com uma segurança e com um conhecimento técnico na defesa desse consórcio que é algo impressionante.

Ontem fizemos aquela Audiência Pública, proposição do Deputado Tadeu Veneri, nesta Casa, no plenarinho que estava lotado, muitas entidades governamentais e não-governamentais presentes, para defender e para expor a situação do aterro da Caximba e as diretrizes do destino dos resíduos sólidos que serão implementados, se Deus quiser, nos próximos meses no Município de Curitiba e Região Metropolitana.

Assistimos toda a forma de questionamento à Sra. Marilza Dias, queriam que ela respondesse pelos 19 anos do aterro da Caximba. Queriam que ela se comprometesse com uma série de situações que, realmente, não eram da sua competência e da sua responsabilidade. Enfim, ela defendeu proposta com muita dignidade. Eu queria que ficasse registrado nos Anais desta Casa a minha admiração por essa pessoa.

O aterro da Caximba foi construído em 1989, em substituição ao aterro da Lamenha Pequena, que estava em cima de mananciais de água. O aterro da Caximba deveria comportar 6,5 milhões de toneladas de lixo e operar até 2002. Foi para isso que foi construído o aterro da Caximba. Em 2002 deveríamos começar, começar não, já ter um lugar para substituir o aterro e dar destino final aos resíduos sólidos. Durante todos esses anos, o aterro da Caximba recebeu o lixo de Curitiba e o lixo de alguns Municípios da região Metropolitana, na época eram cerca de 14. Hoje o aterro está com a sua capacidade mais do que ultrapassada. Hoje se estima que estejam lá 10,2 milhões de toneladas de lixo. É o dobro para ele, quando ele foi construído, do que se esperava que recebesse. Quando foi constituído, recebia chorume quatro litros por segundo, o aterro produzia, e esse chorume teria que ser tratado. Hoje se produz 12 litros por segundo de chorume. E esse chorume tem 20 anos para ser tratado para que não alcance os nossos rios e haja um desastre ecológico.

Então, essa senhora, a Marilza Dias, tem lutado bastante para levar a proposta do consórcio. Estamos para abrir as propostas licitatórias; os editais já foram.

Foi feito um trabalho muito grande e eu sei que o objetivo é dar o destino adequado para o lixo urbano. Sessenta por cento do lixo que produzimos, nós, os cidadãos que moramos na grande Curitiba e Região Metropolitana, é matéria orgânica; 30% são recicláveis; 10% são os inservíveis. Mas, tudo isso pode ter um destino adequado. O orgânico, nós queremos, e o consórcio preconiza isso, fazer biofertilizantes e é possível. Temos que devolver ao solo os nutrientes que tiramos dele. Isso é possível através do biofertilizante e a matéria orgânica que produzimos como resíduo. Os 30% são produtos recicláveis, temos que organizar isso. Temos que levar dignidade para a vida dos nossos

catadores, nossos carrinheiros. Temos que absorvê-los no mercado formal de trabalho. Não é possível que as pessoas entendam que o carrinheiro está empregado, que ele está legitimamente inserido no mercado de trabalho. Não é possível alguém achar que isso é o ideal. Precisamos rever todo esse processo. E o resto, os inservíveis? O que sobrou? O que sobrou já tem tecnologia para que possamos produzir energia.

Então, vamos acompanhar *pari passu* as discussões finais com relação ao consórcio, mas alguém há de mostrar para essa sociedade que o melhor caminho é que o consórcio está preconizando. Alguém há de receber esse aterro, e essa é a grande dificuldade hoje, porque os Municípios se mobilizam no sentido de não aceitarem o aterro. O impasse é hoje em onde consolidaríamos o aterro, propriamente, que não irá operar como opera o da Caximba, mas com certeza terá que ser algum lugar.

Espero que os Municípios que compõem o consórcio, juntamente com a coordenação da Sra. Marilza, com a participação desta Casa de Leis, consigamos chegar a um denominador comum, que seja bom para a sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Luiz Claudio Romanelli, por cinco minutos.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, chamar a atenção, aqui, através da TV SINAL do Joel Malucelli, que é o dono do time J. Malucelli, da empreiteira J. Malucelli, que constrói a Usina Hidrelétrica de Mauá, do Paraná Banco e das duas rádios, a Band News e a CBN.

A Rádio Band News tem se notabilizado por promover diariamente o escracho desta Casa. Todo dia, algum Parlamentar ou a própria Casa é vítima de comentários jocosos, de declarações absolutamente inverídicas, de opiniões estapafúrdias. Tem uma jornalista chamada Joyce V., que é de Ponta Grossa. Quem a trouxe para Curitiba foi o João Chiminazzo, que é o Presidente da ABCR. Ela trabalha na ABCR - Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias, para o pedágio. Ela foi contratada por esta associação, presta assessoria - não sei se trabalha ou não - recebe uma grana da ABCR. É claro que ela tem uma má-vontade comigo brutal, porque tenho ao longo da minha vida lutado contra o pedágio.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Romanelli?

(Assentimento)

Parece-me que ela não é funcionária da ABCR. Ela é funcionária da Federação dos Transportes do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É a mesma coisa.

O Presidente desta FETRAPAR é o Coronel Malucelli. É o mesmo esquema do pedágio. É só pisar no rabo do gato, que vemos onde o gato mia, no caso, o esquema do pedágio. Não sei porque razão está pendente de votação, a autorização legislativa, para a COPEL construir a Usina Hidrelétrica de Mauá. A J. Malucelli, é a empreiteira que constrói a obra, se é porque vai ter atraso, ele não quer pagar multa. Enfim, é um tema que não vou discutir agora sobre isso. Não é possível que todas as manhãs, possamos ser objeto do escracho, por conta do tipo de comportamento que se tem na Rádio Band News.

Gostaria que o Joel Malucelli, que certamente vai estar me ouvindo, possa me telefonar. Meu celular é 9221-5678. Para que você possa me explicar, o porquê da Band News ter esse comportamento, em relação à Assembleia Legislativa e aos Parlamentares.

Hoje pela manhã, Deputada Rosane, o colunista Celso Nascimento que nas últimas duas semanas, penso que por conta de pessoas que ficam fazendo intrigas, mas ele tem, explorado do ponto de vista da sua coluna, do tema que envolve a atuação da COHAPAR. Eu disse aqui, outro dia, que só falo da COHAPAR na tribuna da Assembleia Legislativa. Não vou dar vazão às especulações, até porque eu disse o seguinte: a vida da gente é muito curta para perder o tempo com quem fica fazendo intriga. Tenho pontualmente divergências com o atual Presidente da COHAPAR, o Rafael Greca, mas mantenho com ele um relacionamento republicano.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Dia desses foi dito o seguinte: a COHAPAR enfrenta dificuldades porque foram antecipados os recebíveis. Certamente alguns que não são mais da área financeira, ficaram até em dúvida o que são antecipações de recebíveis? Recebíveis são as prestações que os mutuários pagam para a COHAPAR. Pagam todo mês. Embora tenhamos uma inadimplência alta na COHAPAR, por conta claro que ela atende o povão, que muitas vezes tem dificuldade para pagar a prestação. Mas, enfim, ao longo das décadas, a COHAPAR vai construindo, as pessoas vão pagando, vai terminando os contratos, começam novos. Mas, enfim, o que eu queria dizer é para poder de uma vez por todas, dizer o seguinte: a COHAPAR arrecada as prestações. Essas prestações são uma receita para que a empresa possa fundamentalmente, pagar todo o custo operacional, pagar o pessoal e claro também, utilizar uma parte desse dinheiro, embora não seja muito, para poder desenvolver os programas habitacionais.

O que eu quero demonstrar aqui nessa tribuna hoje, para todos os Deputados e Deputadas Estaduais é o seguinte: até para poder de um vez por todas acabar com essa conversa fiada. E foi isso que fiz ontem, passei pelo colunista Celson Nascimento e não falei com a Band

News. Não falei. Disse que eu não iria falar com eles, como, aliás, não falei com nenhuma outra rádio ou televisão sobre esse tema. Só falo da COHAPAR da tribuna da Assembléia Legislativa.

E o que aconteceu? Ontem passei para o Celso Nascimento, via fax, a evolução da receita da COHAPAR, da arrecadação dos chamados recebíveis, Deputado Reni Pereira. Qual a evolução da arrecadação? Tenho mês a mês. De janeiro de 2003, que foi o primeiro mês dessa segunda fase que assumi a gestão da COHAPAR, até março de 2009. Não vou ler mês a mês aqui. Vou fazer o seguinte: como o documento mostra e vai ficar aqui nas notas taquigráficas em 2003 foi arrecadado, em média, R\$ 3.658.234,32 por mês; em 2004 foi arrecadado, em média R\$ 3 milhões 709 mil; em, 2005 R\$ 3 milhões 750 mil; em 2006, R\$ 3 milhões 876 mil; em 2007, R\$ 4 milhões 437 mil; em 2008, R\$ 4 milhões 745 mil.

E o último mês que eu tenho aqui, de março que acho que não é o caso de fazer média, mas em março, R\$ 4 milhões 564 mil. Na verdade, você tem que ver o ano inteiro para ver a média.

Mas dá para ver claramente aqui que a COHAPAR não antecipou recebíveis e não deixou de receber a sua arrecadação. Teve decréscimo, Deputado Elio Rusch? Não teve decréscimo. Teve acréscimo. Cresceu a arrecadação da COHAPAR, ou seja, o que estou querendo dizer é que estas intrigas, estas conversas, deixou isso, não é isso, está aqui, são números oficiais da COHAPAR, esse demonstrativo aqui...

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, dias atrás até, em respeito a colunista que V. Exa. passou ontem este esclarecimento, confesso que fiquei intrigado com o que ele publicou, pedi esclarecimento a V. Exa. e V. Exa. demonstrou, na verdade, que não antecipou, fez uma equação contábil junto ao Governo Federal para fazer caixa e liquidez imediata para poder tocar projetos.

Eu confesso - eu fui e sou Oposição nesta Casa, junto com o Deputado Elio Rusch, já há sete anos - confesso que no mandato anterior, Deputado Elio Rusch, foram raras as reclamações que nós da Oposição tivemos aqui, e nós vimos, tanto Deputados de Oposição, quanto aqueles Deputados da base do Governo que iam à inauguração, não passávamos ao redor, nós víamos que efetivamente existia uma ação mais intensa da COHAPAR, e recebi esta semana uma resposta da COHAPAR, aliás, deve ter vindo para os Deputados Marcelo Rangel e Elio Rusch, e realmente fiquei muito insatisfeito com a atuação da SANEPAR em algumas regiões do Estado, especificamente na Região Oeste que, salvo duas ou três exceções e alguns programas que efetivamente ainda não estão, estão ainda na intenção, não existe uma atuação.

Então, se não caíram os recebíveis, se a COHAPAR continua andando, quanto era na sua administração, por que tanta diferença da atuação da COHAPAR no Estado do Paraná?

E as reclamações continuam, não só de fornecedores, mas principalmente de Prefeitos, dizendo que não estão vendo a presença da COHAPAR.

Eu lastimo muito a ausência da COHAPAR na Região Oeste do Paraná, salvo duas ou três exceções, é o caso de algumas casas em São Miguel, Itaipulândia e Matelândia, nós estamos precisando, porque a COHAPAR tem obrigação com a Região Oeste.

E eu não me lembro, e não o fiz no primeiro mandato que aqui estive, porque inclusive eu vi a atuação da COHAPAR em boa parte da Região Oeste, a começar por Foz do Iguaçu e Santa Terezinha, nos Municípios que hoje estão ausentes.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, ontem até falei sobre isto, sobre a questão de censura, tanto na Assembleia, quanto nos meios de comunicação. Não podemos, em hipótese nenhuma, censurar qualquer tipo de trabalho, principalmente do profissional de rádio e difusão, e defendo, inclusive, o seu posicionamento no fato de expor a sua ideia, expor o seu lado, mas conheço a jornalista Joice Hasselmann, ela veio de Ponta Grossa, realmente, e ela é uma grande jornalista, uma grande profissional e eu não vou discutir aqui a linha da emissora, mesmo porque cada emissora tem sua linha de jornalismo, e o fato da jornalista, ou até mesmo da emissora, proporcionar debates, talvez isto possa engrandecer até mesmo a Assembleia Legislativa, e quem está na política - dizem as pessoas e dizem até mesmo nossos companheiros políticos - está para se molhar.

Quando recebemos críticas de um jornalista temos que vir à tribuna, trazer novos fatos, contestar até mesmo o jornalista, às vezes, quando ele está equivocado. Mas gostaria de deixar registrado a questão de uma jornalista que eu conheço, a questão da linha editorial do meio de comunicação, não vou questionar.

Agora, vou dizer preciso dizer que o fato de V. Exa. ter subido na tribuna para dizer que algumas informações veiculadas na emissora estão equivocadas. Isso faz parte da democracia e o senhor está corretíssimo nesse sentido. Vou defender a liberdade de expressão da Assembléia aqui no plenário e a liberdade de expressão dos meios de comunicação rádio, jornais. Também já fui vítima de informações muitas vezes equivocadas de meio de comunicação. Mas, sei que os jornalistas estão lá trabalhando em prol da população tentando inclusive nos fiscalizar e trazer informações que muitas vezes podem colaborar com o nosso trabalho também.

Era isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço. Quando falei da Joice, falei com tristeza. Lamento, acho que ela está confundindo as coisas. Ela não pode utilizar um veículo de comunicação social e fazer o que ela fez hoje de manhã. Enquanto eu e o Deputado Elio Rusch, participávamos de um evento, de um encontro feito da Associação dos Procuradores do Estado com Magistrados, com Procuradores do Estado, Juízes Estaduais, Desembargadores. Inclusive sobre um tema muito interessante que são os crimes cometidos através da internet.

Essa Casa tem um projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost e hoje já sai absolutamente convencido. A própria OAB tem interesse que esse projeto possa ser regulamentado. Inclusive já pedi cópia do projeto e já li hoje pela manhã tão logo cheguei aqui. Enquanto participávamos do evento, discutindo temas, na minha avaliação, relevantes liga a Dona Joice: “Deputado Romanelli, liga para a rádio Band News e diga não sei o que...” Sinceramente vamos nos tratar com respeito não é Joel Malucelli. Porque a Joice certamente está expressando a opinião do Joel Malucelli. Gostaria que o Joel Malucelli pudesse de fato explicar o tema para nós. Não é possível isso. Quando eu era coroinha eu tinha, 10,11 anos eu tinha o direito de ser ingênuo. Hoje não sou mais. Ou seja, se as pessoas estão fazendo isso é por uma causa. Queria que o Joel Malucelli pudesse me explicar isso pessoalmente pode me ligar 9221-5678, liga para mim e me explica.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Primeiro quero me solidarizar ao seu pronunciamento. E quero dizer também que não é uma particularidade sua, privilégio. Porque tenho ouvido essa jornalista e tenho ouvido que ela faz críticas ao Poder Legislativo. E essa é a minha preocupação maior. Quando foi divulgado a lista dos funcionários da Assembleia Legislativa a Band News em uma conta rápida, se dividiu e cotizou e fez uma cota e disse que cada Deputado aqui nesta Casa tinha 45 assessores. Estava vindo de Araucária para cá dirigindo o meu carro, encostei o meu carro e achei que era pertinente dizer que a conta era simplista demais e que na verdade tínhamos os funcionários de carreira e que não necessariamente eles estavam na cota de cada gabinete, e que não cabiam 45 assessores no meu gabinete. E que eu no meu gabinete não chegava a ter 1/3 desse número de assessores. E liguei com muita tranquilidade para a Band News, e eles voltam o telefonema, e aí: “A Deputada Rosane Ferreira indignada.” Mas, não estava absolutamente indignada. Respeito e entendo perfeitamente o papel da imprensa. Encostei o meu carro novamente, liguei e disse: não sei como você passou a notícia, mas eu quis apenas informar algumas situações com relação aos funcionários efetivos da Casa, absolutamente eu não deixei transparecer ou você entendeu que eu estava indignada e a pessoa que me atendeu disse muito educada: Deputada de maneira nenhuma falei que a senhores estava indignada, pelo contrário, falei que a senhora havia conversado comigo, isso ficou por conta da jornalista.”

Desliguei o telefone e continuei ouvindo e de repente: “A Deputada Rosane Ferreira ligou para cá indignada porque não estava indignada”. Aí você desiste. Eles estão com a arma na mão, porque o microfone passa a ser uma arma, não passa a ser um instrumento de informação e você desiste deixa para lá.

No dia seguinte, teve aquela discussão, o Deputado Rossoni fez uso daquela tribuna e colocou toda aquela situação que ele também vivia com relação a outras situações e aquilo passou. A minha preocupação é na semana seguinte que teve o feriado dia 21 e disseram na mesma Rádio, que nós havíamos entrado na quarta-feira e que todos os Deputados estavam já por conta do feriadão. E era uma sexta-feira eu estava vindo do interior do Paraná, onde tinha feito uma agenda de trabalho das 7h da manhã e era 7h da noite e liguei para a Rádio e disse como tinha sido o meu dia, e o jornalista que já era outro reproduziu a minha agenda - falou realmente os Deputados trabalharam muito. Quer dizer, dá oportunidade de você fazer a tua defesa. Isso acho importante.

A minha maior preocupação é o desserviço que às vezes é feita através da imprensa para a nossa democracia. A minha vontade é de perguntar para jornalista qual é o sistema que se defende. Porque eu tinha muitas críticas a política Deputado, achava que era muito errada a forma com que a política partidária interferia nas políticas de Saúde. E o que foi que eu fiz? Entrei na política.

Vamos entrar e tentar mudar por dentro, fazer a diferença. Esse é o meu entendimento. Tenho muita vontade de convidar essa jornalista para se filiar a um partido político, para vir fazer a diferença. O nosso País merece uma política melhor.

As manchetes poderiam ser diferentes do que estão aí: corrupção, passagem aérea, toda sorte de coisas. Mas acho que quando só criticamos, e criticamos generalizadamente, não separamos joio do trigo, fazemos um desserviço, e as pessoas de bem acham que a política é uma coisa profana e que é para pessoas do mal.

Essa é a minha maior preocupação. Gostaria muito de ouvir essa jornalista que o senhor citou aqui nesta tribuna fazendo diferente, levando as pessoas a fazer diferente.

Um dia o Deputado Waldyr Pugliesi, ali nessa tribuna, falou uma frase: “Posso não concordar com nada do que você diz, mas eu morreria pelo direito de manter a sua palavra, pelo direito que você tem a dizer.”

Gostaria de encerrar isso, a imprensa é muito salutar e faz um papel importante, mas muitas vezes cometem injustiças e a palavra, depois de proferida, é difícil correr atrás.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o seu depoimento, Deputada Rosane, é um depoimento absolutamente sincero e verdadeiro, no sentido que falou com a alma. Gosto de ouvi-la falar, porque a senhora me passa a impressão de uma pessoa absolutamente correta, que não trabalha com conceitos

de moral paralela. Na política, a senhora sabe que tem uma moral paralela. O fato é que o que temos assistido é que estamos aqui debatendo. O Joel Malucelli não ligou, mas ela já ligou aqui, queria falar comigo e eu disse que não poderia falar com ela, eu estava na tribuna. A Joyce já ligou. O Joel não ligou ainda, mas também vai ligar. Até porque o Joel é mais habilidoso. Mas, tem que explicar para nós porquê tanto ataque a esta Casa. Não é possível isso! Esta Casa não pode ser, todos os dias, motivo de chacota, de citações absolutamente inverídicas, que ridicularizam a atuação dos Parlamentares. Não é possível isto! Nenhum veículo de comunicação que atua nesta Casa, rádio, TV ou jornal, faz o que faz a Band News. Nenhum faz. Ou todos estão errados e a Band News está certa. Deve ser alguma coisa assim.

Na verdade, acho ridícula esta situação. Daqui a pouco vem uma nota: “Eles querem a liberdade de imprensa, eles são contra!” Eu acho o seguinte: nós, Parlamentares, possuímos a imunidade parlamentar para poder proferir opiniões, palavras e votos. É isto o que podemos fazer. Não estou aqui difamando ninguém. Ao contrário, estou cobrando explicações, porque não é possível. O que estou cobrando é que a Joyce, por exemplo, tem que explicar para nós algumas coisas. Acho que já fiz a pergunta para ela, aqui, explicar a pendenga que envolve o João Chiminazzo, da DCE, e a FETRANSPAR.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Para complementar, Exa., dizer que não conheço pessoalmente a jornalista Joyce, uma grande profissional, mas é bom fazermos uma separação, porque numa rádio, numa TV, num jornal, por mais liberdade que o jornalista, que o comunicador tenha, a linha de editorial que quase sempre prevalece é a linha do patrão, é a linha do dono. Ataca a Assembleia; não ataca a Assembleia. Defende aqui e não defende ali. E muitas vezes o comunicador, a jornalista, como a própria Joyce, acaba sobrando no “lombo” dela.

Então, se pregamos a liberdade de expressão, acho que vale à pena fazermos uma separação: até que ponto uma crítica contundente da jornalista brota totalmente na vontade dela, ou se é a vontade que vem de cima

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu agradeço, Deputado. É isso mesmo. Concordo com V. Exa. Joel, liga!

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Acho que poderíamos fazer uma reunião sobre o assunto, muito bem colocado.

Grande Expediente:

No Grande Expediente, temos um requerimento...

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é visível que não temos quórum, Está claro. Tem apenas 21 Deputados que registraram presença. No plenário não há Deputados. Sabemos que tem uma convidada, e nem quem convidou está presente. Peço a V. Exa., com todo respeito, e invocando o Regimento Interno, que V. Exa. encerre a Sessão, por falta de quórum absoluto.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Peço a compreensão da Jocimeri da Silveira, que marquemos oportunamente uma outra vinda da assistente social e que compreenda a falta de quórum.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190, 170/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/08; 073 e 012/09.

Levanta-se a Sessão.